ADS ER Eólico Corredor do Senandes IV S.A.

0,10

CNP.I/MF nº 14 528 941/0001-07

0.14

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020							
(Valores expressos em milhares d							
de outra		execto quan	ao maioaao				
Ativo	Nota	31/12/2021	31/12/2020				
Ativo circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	5	11.874	7.191				
Contas a receber de clientes	7	5.158	5.787				
Impostos a recuperar	_	79	116				
Outros créditos	_	262	114				
Total do ativo circulante		17.373	13.208				
Ativo não circulante							
Títulos e valores mobiliários	8	3.279	5.161				
Impostos a recuperar		_	4				
Depósito judicial		12	12				
Imobilizado	9	77.409	82.061				
Intangível	-	2.244	2.417				
Total do ativo não circulante		82.944	89.655				
Total do ativo		100.317	102.863				
Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	31/12/2021	31/12/2020				
Passivo circulante							
Empréstimos e financiamentos	10	5.012	5.009				
Fornecedores	-	218	40				
Impostos a recolher	_	73	67				
Imposto de renda e contribuição							
social a recolher	-	231	151				
Partes relacionadas	6	1.197	1.197				
Dividendos a pagar	6	1.315	2.582				
Outras contas a pagar	11	779	1.688				
Total do passivo circulante		8.825	10.734				
Passivo não circulante							
Empréstimos e financiamentos	10	37.725	42.593				
Outras contas a pagar		130	120				
Total do passivo não circulante		37.855	42.713				
Patrimônio líquido							
Capital social	12.a	39.087	39.087				
Reserva legal	12.b	1.020	743				
Reserva especial	12.b	512	512				
Reserva de lucros	12.b	13.018	9.074				
Total Patrimônio líquido	uido	53.637 100.317	49.416 102.863				
Total do passivo e patrimônio lío			102.863				

das demonstrações contábei Notas Explicativas da Administração às Demonstrações

As notas explicativas da Administração são parte integrante

Contábeis em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma) Informações gerais – A ADS ER Eólica Corredor do Senandes IV S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado com sede em Rio Grande-RS, constituída em 13 de outubro de 2011, a qual foi adquirida pelo Grupo NC em 29 de dezembro de 2016 e tem como objeto social: (a) receber outorga de autorização pelo Ministério de Minas e Energia ("MME") para estabelecer-se como produtor independente de energia; (b) desenvolver estudos, projetar, implantar, construir, operar, manter e explorar o empreendimento de geração de energia elétrica de fonte eólica denominado "Corredor do Senandes IV" ("Corredor do Senandes IV" ou o "Projeto"); (c) comercializar a energia gerada pelo empreendimento; e (d) celebrar Contrato de Energia de Reserva relativo à energia negociada no ambito do Leilão nº 03/2011. O projeto possui capacidade instalada de 29,7 MW, tendo sido vencedor do Leilão de Energia de Reserva ("LER") realizado em 18 de agosto de 2011 ("LER 2011"), comercializando 12,9 MWm pelo prazo de 20 anos. O Projeto faz parte do Complexo Corredor do Senandes ("Complexo"), constituído por 4 parques eólicos, que totaliza capacidade instalada de 108,0 MW, tendo comercializado 50,5 MWm no LER 2011. Esses parques compartilham a mesma subestação e linha de transmissão. O parque da Companhia é composto por 11 aerogeradores no total, todos em lena operação. O projeto está autorizado, pelo Ministério de Minas e Energia ("MME"), a operar como produtor independente de energia elétrica até o ano de 2047. A Companhia é controlada diretamente pela acionista ADS ER Complexo Eólico Corredor do Senandes S.A. ("Complexo do Senandes") e indiretamente pela NC Energias Renováveis S.A. A emissão das presentes demonstrações contábeis foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 22 de abril de 2022 Impactos à pandemia do Covid-19: Apesar da paralisação de vários setores produtivos e fragilidade da economia mundial, causadas pela pandemia do Corona vírus (Covid-19), até o momento a Companhia não sofreu impactos em sua operação. Adicionalmente, a Companhia possui contrato com a Câmara de Comercialização de Energia Elérica ("CCEE") que compra toda a energia gerada pela Companhia Considerando a imprevisibilidade da evolução do surto e dos seus impactos, não é atualmente praticável fazer uma estimativa do efeito financeiro nas receitas e fluxos de caixa operacionais estimados, ou do valor recuperável da UGC. A Administração avalia de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos do surto nas operações e nas demonstrações contábeis. Até a data de autorização para emissão dessas demonstrações contábeis, as seguintes principais medidas foram tomadas incluindo as de cunho social: • Implementação de medidas temporárias ou definitivas no quadro de funcionários, como o objetivo de reduzir as despesas salariais no médio prazo. • Medida de prevenção do contágio entre os colaboradores, adotando o home office, afastando os que estão mais expostos ao grupo de risco, como nulheres grávidas, colaboradores com mais de 60 anos, entre outros. Resumo das principais políticas contábeis – As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados. 2.1. Base de preparação: As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e Lei das Sociedades por Ações, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. 2.2. Caixa e equivalentes de caixa: Incluem o caixa, os depósitos pancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses ou menos e com risco insignificante de mudança de valor. 2.3. Ativos financeiros: 2.3.1. Classificação: A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob a categoria de ativos financeiros mensurados a valor justo por mejo de resultado. Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. Os caixas e recebíveis da Companhia compreendem "Caixa e equivalentes de caixa", "Contas a receber de clientes", "Títulos e valores mobiliários" 'Partes relacionadas". 2.3.2. Reconhecimento e mensuração: Os empréstimos e recebíveis são contabilizados, inicialmente, pelo valor e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores da taxa efetiva de juros. 2.4. Contas a receber de clientes: As contas a receber têm origem nos valores de venda de energia LER. onde os valores são faturados conforme geração efetiva, dentro da quota de energia leiloada pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL") em operações destinadas à contratação de energia de eserva. Ao vencer o leilão a Companhia se compromete a gerar e entregar energia exclusivamente para as cotas de energia de reserva contratada pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"). O recebimento da comercialização LER ocorre mensalnente na proporção de 1/12 da cota anual contratada. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, deduzida das perdas ou impairment. 2.5. Títulos e valores mobiliários: Os títulos e valores mobiliários são registrados, inicialmente, a valor justo e, subsequentemente, pelo custo amortizado. Incluem aplicações financeiras de normas contábeis - Novas e alterações/atualizações ocorridas

ı	Demonstrações do Resultado p	ara os	exercícios 1	indos em			
ı	31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valore.	s expressos e	em milhares			
ı	de reais, exceto quando indicado de outra forma)						
ı		Nota	31/12/2021	31/12/2020			
ı	Receita líquida de vendas	13	17.337	16.801			
ı	Custo dos produtos vendidos	14	(7.144)	(7.603)			
ı	Lucro bruto		10.193	9.198			
ı	Despesas operacionais						
ı	Gerais e administrativas	15	(382)	(652)			
ı	Outras receitas (despesas), líquidas	_	(801)	(530)			
ı	Lucro operacional		9.010	8.016			
ı	Resultado financeiro	16	(2.762)	(3.420)			
ı	Lucro antes do imposto de						
ı	renda e contribuição social		6.248	4.596			
ı	Imposto de renda e contribuição						
ı	social	17	(712)	(590)			
ı	Lucro líquido do exercício		5.536	4.006			

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.				
Demonstrações do Resultado Abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)				
Lucro líquido do exercício	2021 5.536	2020 4.006		
Outros resultados abrangentes	_	_		
Resultado abrangente	5.536	4.006		
As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.				

Lucro básico por ação - R\$

liquidez imediata e constituem garantias para cobertura dos finan ciamentos da Companhia, conforme previsto no Contrato de Finan ciamento junto ao BNDES (Nota Explicativa nº 10). **2.6. Imobilizado** O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, deduzido da depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gasto atribuíveis à aquisição dos itens e também os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhe dos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao tem e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em despesa no resultado do período, quando incorridos. A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada. Os valores residuais e a vida útil dos ativos serão revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo será imediatamente baixado para seu valor recuperável se o seu valor contábil for maior do que seu valor recuperável estimado. 2.7. Intangível: Representado por licencas e direitos para implantação e operação, com vida útil definida e adquiridos de terceiros, são registrados ao custo e serão deduzidos da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base no prazo do Contrato de Energia de Reserva ("CER"), 20 anos a partir do início das operações. 2.8. Empréstimos e financiamentos: Os financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequente demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar será reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, a partir da entrada em operação, utilizando o método da taxa de juros efetiva Os custos de empréstimos, que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. 2.9. Fornecedores: As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios. Estes valores são, inicialnte, reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, m rados pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidos ao valor da fatura correspondente. 2.10. Reconhecimento da receita: A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de energia no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A Companhia reconhece a receita guando o valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia conforme descrição a seguir. a) Venda de energia elétrica: A Companhia comercializou a energia elétrica produzida em sua planta de geração de energia eólica nas seguintes modalidades: • Vendas de energia de LER, no qual os valores são faturados conforme geração efetiva, dentro da quota de energia leiloada pela ANEEL em operações destinadas à contratação de energia de reserva. Ao vencer o leilão, a Companhia se compromete a gerar e entregar energia, exclusivamente, para as cotas de energia de reserva contratada pela CCEE. O recebimento da comercialização LER ocorre mensalmente na proporção de 1/12 da cota anual contratada; • Vendas de energia no mercado livre - PLD, no qual os valores são faturados em ambiente de contratação livre, sendo a energia destinada ao mercado de curto prazo. A receita é reconhecida no período em que há a entrega da energia comercializada. Esta modalidade de comercialização foi utilizada no período de testes dos aerogeradores. b) Receita financeira: A Companhia apresenta receita de caráter financeiro referente a rendimento de aplicações financeiras, correção monetária de créditos tributários e recebimento de clientes. A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. 2.11. Imposto de renda e contribuição social correntes: As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanco do país em que Companhia atua e gera lucro tributável. A Administração pais em que companina atua e gera fucro induaver. A duministração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas limites determinados pela Directoria. A utilização de limites de crédito apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em é monitorada regularmente. Não foi ultrapassado nenhum limite de que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; usto e, subsequentemente, pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. **2.4. Contas a receber de clientes:** As e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo guando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. Durante o exercício de 2020, a Companhia optou pela tributação com base no lucro presumido. Nesta modalidade de tributação, o cálculo do imposto de renda e da contribuição social é trimestral e parte da presunção do lucro da Companhia por taxas pré-determinadas sobre o faturamento bruto Saldo acrescida das receitas financeiras e de outras receitas. O percentual Aquis de lucro presumido, base para o cálculo do imposto de renda e contribuição social para as atividades desenvolvidas pela Companhia, Saldo é encontrado através da aplicação da taxa de 8% e 12%, respectivamente. Sobre o lucro presumido, é apurado o imposto à alíquota de 15% e 12% (IR e CS, respectivamente), acrescido, para o IR, de Saldo 10% sobre o valor que ultrapassar R\$ 60 por trimestre. 2.12. Novas Taxas

	Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)							
		Capital social	Reserva legal	Reserva especial	Reserva de lucros	Lucro (prejuízos) acumulados	Total do patri- mônio líquido	
	Saldos em 31 de dezembro de 2019	39.087	543	512	6.220	_	46.362	
	Lucro líquido do exercício	_	_	_	_	4.006	4.006	
1	Constituição da reserva legal	_	200	_	_	(200)	_	
	Constituição dividendos mínimos obrigatórios	_	_	_	_	(952)	(952)	
	Retenção do lucro do exercício	_	_	_	2.854	(2.854)	· <u>-</u>	
	Saldos em 31 de dezembro de 2020	39.087	743	512	9.074	· -	49.416	
;	Lucro líquido do exercício	_	_	_	_	5.536	5.536	
	Constituição da reserva legal	_	277	_	_	(277)	_	
	Constituição dividendos mínimos obrigatórios	_	_	_	_	(1.315)	(1.315)	
	Retenção do lucro do exercício	_	_	_	3.944	(3.944)	· -	
	Saldos em 31 de dezembro de 2021	39.087	1.020	512	13.018	`	53.637	
П	As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis							

Demonstrações dos Fluxos de Caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020							
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)							
	2021 2020						
Fluxo de caixa das atividades operacionais			Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	6.248	4.596	Títulos e valores imobiliários	1.882	(723)		
Ajustes: Depreciação e amortização	5.069	4.962	Aquisições de bens do ativo imobilizado	(82)	(281)		
Atualização monetária de financiamentos	-	234	Caixa líquido aplicado nas atividades de				
Juros sobre financiamentos e instrumentos			investimento	1.800	(1.004)		
financeiros	3.192	3.545	Fluxo de caixa das atividades de financiamento)			
Variações nos ativos e passivos			Pagamento de dividendos	(2.582)	-		
Contas a receber de clientes	629	(2.046)	Pagamento de financiamentos	(4.868)	(4.868)		
Impostos a recuperar	(31)	(17)	Caixa líquido aplicados nas atividades de				
Outros créditos	(148)	2	financiamento	(7.450)	(4.868)		
Fornecedores	178	(195)	Aumento em caixa e equivalentes de caixa	4.683	2.465		
Impostos a recolher 6 (1) Demonstração da variação do caixa e equiva-							
Outras contas a pagar	(1.061)	1.417	lentes de caixa				
Caixa proveniente das operações	14.082	12.497	Caixa e equivalentes de caixa no início do				
Juros pagos sobre financiamentos	(3.189)	(3.573)	exercício	7.191	4.726		
Imposto de renda e contribuição social pagos	(560)	(587)	Caixa e equivalentes de caixa no final do				
Caixa líquido proveniente das atividades			exercício	11.874	7.191		
operacionais	10.333	8.337	Aumento em caixa e equivalentes de caixa	4.683	2.465		
As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.							

a) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2021: A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2021 ou após essa data. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não esteiam vigentes Alterações no CPC 06 (R2), CPC 11, CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência. As alterações aos Pronunciamentos CPC 38 e CPC 48 fornecem exceções temporárias que endereçam os efeitos das demonstrações contábeis quando uma taxa de certificado de depósito interbancário é substituída com uma alternativa por uma taxa quase que livre de risco. As alterações incluem os seguintes expedientes práticos: Um expediente prático que requer mudanças contratuais, ou mudanças nos fluxos de caixa que são diretamente requeridas pela reforma, a serem tratadas como mudanças na taxa de juros flutuante, equivalente ao movimento numa taxa de mercado. Permite mudanças requeridas pela reforma a serem feitas nas designações e documentações de hedge, sem que o relacionamento de hedge seja descontinuado. Fornece exceção temporária para entidades estarem de acordo com o requerimento de senaradamente identificável quando um instrumento com taxa livre de risco é designado como hedge de um componente de risco Essas alterações não impactaram as demonstrações contábeis individuais da Companhia. A Companhia pretende usar os expedien es práticos nos períodos futuros se eles se tornarem Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em contratos de Arrendamento que vão além de 30 de junho de 2021: As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia Covid-19. Como um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício relacionado à Covid-19 concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada ao Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento. A alteração pretendia a ser aplicada até 30 de junho de 2021, mas como o impacto da pandemia do Covid-19 pode continuar, o CPC estendeu o período da aplicação deste expediente prático para de 30 junho de 2022. Essa alteração não teve impacto nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia. b) Normas emitidas, mas ainda não vigentes. As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia estão descritas a seguir: • Substituição do CPC 11 Contrato de Seguro para o CPC 50 Contrato de Seguro; • Alterações ao IAS 1 cação de passivos como circulante ou não circulante; • Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis; • Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis. A Companhia está avaliando os impactos das alterações emitidas pelo IASB e pretende adotar estas novas normas e interpretações, se aplicáveis, quando forem emitidas pelo CPC e estiverem em vigor, contudo não espera impactos relevantes para as demonstrações contábeis

3. Gestão de risco financeiro - 3.1. Fatores de risco financeiro: A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, contas a pagar aos fornecedores e financiamentos, com o objetivo de administ disponibilidade financeira de suas operações. a) Risco de liquidez: É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez e caixa suficiente para atendi mento às necessidades operacionais do negócio. b) Riscos com taxa de juros: O risco associado é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras dos financiamentos. c) Risco de crédito: O risco de crédito é administrado corporativamente e é decorrente de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas, de acordo com os crédito durante o exercício e a administração não espera nenhuma rda de rranta da inadi ao valor já provisionado. 3.2. Gestão de capital: Os objetivos da 8. Títulos e valores mobiliários – Em 31 de dezembro de 2021, o Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a montante de R\$ 3.279 (R\$ 5.161 em 2020), remunerados em 99% capacidade de sua continuidade para, assim, oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de mante uma estrutura de capital ideal para reduzir custos. A Companhia de Financiamento com o BNDES (Nota Explicativa nº 10), com os monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. resgates atrelados ao cumprimento de cláusulas contratuais

Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital tota A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial com a dívida líquida. O índice de endividamento em 31 de dezembro pode ser assim sumarizado:

		2021	2020
3	Total de empréstimos e financiamentos		
1	(Nota Explicativa nº 10)	42.737	47.602
1	Caixa e equivalentes de caixa (Nota Explica-		
3	tiva nº 5)	(11.874)	(7.191)
)	Títulos e valores imobiliários (Nota Explicativa	,	, ,
1	nº 8)	(3.279)	(5.161)
)	Dívida líquida	27.584	35.250
1	Total do patrimônio líquido	53.637	49,416
1	Total do capital	81,221	84.666
)	Índice de alavancagem financeira – %	34%	42%
)	Instrumentos financeiros por categoria	0170	,.
)	, ,	Ativos ao val	or iusto

por meio do resultado Custo amortizado 2021 2020 Ativos. conforme o balanço patrimonial Caixa e equivalentes de caixa (Nota Explicativa nº 5) 11.874 7.191 Contas a receber de clientes (Nota Explicativa nº 7) 5.158 Títulos e valores mobiliários (Nota Explicativa nº 8) 3.279 5.161 utros créditos

20.573 18.253

vos financeiros

2021

Outros passi

2020

Passivos, conforme o balanço patrimonial

Total

Empréstimos e financiamentos (Nota Explica tiva nº 10) 42,737 47,602 utras contas a pagar (Nota 1127 Explicativa nº 11) (i) Partes relacionadas (Nota Explicativa nº 6) 1.197 1.197 45.061 49.037 (i) O valor de antecipação de clientes não compõe o saldo de instru

ento financeiro pois o mesmo será revertido em serviços de geração de energia, não movimentará caixa. 5. Caixa e equivalentes de caixa Caixa e bancos

11.147 Aplicações financeiras (i) 6.352 Total 11.874 7.191 (i) Referem-se a certificados de depósito bancário, remunerados ntre 90% do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI"), em 2021 e 2020 com liquidez imediata 6. Partes relacionadas – a) Dividendos a pagar 2021 2020

ADS ER Complexo Eólico Corredor dos 1.315 Senandes S.A. Total 1.315 2.582 b) Outras contas a paga 2021 2020 ADS ER Vento Aragano I S.A. (i) 1.197 1.197 Total 1.197 1.197 (i) Valor referente ao rateio de despesas administrativas do Com

plexo. c) Remuneração da administração: Considerando que os administradores da Companhia são pagos pelo Grupo NC, não existem valores de remuneração pagos a pessoas físicas em 31 de dezembro de 2021 e 2020

7. Contas a receber de clientes Direitos a faturar (i) Clientes nacionais (ii) 1.631 2.81 Total 5.158 5.787 (i) Os saldos de direitos a faturar referem-se ao faturame

energia elétrica que são faturados 60 dias após a medição: (ii) Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as análises de vencimentos do contas a receber de clientes nacionais encontram-se em aberto conforme a seguir

2021 2020 A vence encido até três meses Vencido de três a seis meses 175 328 997 Vencido acima de seis meses 1.406

do CDI (em 2021 e 2020), refere-se às garantias para cobertura dos financiamentos da Companhia, conforme previsto no Contrato

9. Imodilizado	Edilicações	wovers e	waquinas e	imoveis	
	e instalações	utensílios	equipamentos	CPC 06	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	86.332	2	92	117	86.543
Aquisições	7	30	244	50	331
Depreciação	(4.769)	(2)	(18)	(24)	(4.813)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	81.570	30	318	143	82.061
Aquisições	_	-	82	162	244
Depreciação	(4.769)	(10)	(35)	(82)	(4.896)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	76.801	20	365	223	77.409
Taxas anuais de depreciação – %	4	10	10/20		
				CO	ntinua